

OLHANDO A SOCIEDADE DAS MARGENS: MEMÓRIAS DE PRESOS

Patrícia Trindade Nakagome (USP)¹

Resumo: *Discutiremos dois livros que trazem uma experiência de segregação social e marginalização: o encarceramento. Trata-se de Memórias do Cárcere de Graciliano Ramos e Memórias de um Sobrevivente de Luiz Alberto Mendes. Os autores possuem estatuto muito diferente no sistema literário: o primeiro é um grande nome de nossa tradição, o segundo, que já ocupou relativo destaque como autor marginal, encontra-se atualmente ainda mais marginalizado do cenário editorial e acadêmico. O trabalho comparativo entre os autores mostra como viver à margem da sociedade marca o projeto de um escritor, esteja ele ou não à margem do meio literário.*

Palavras-chave: *prisão; memórias; Memórias do Cárcere; Memórias de um sobrevivente.*

Introdução

Quando pensamos em malditos e marginais, estamos, na realidade, tratando de conceitos bastante variáveis. Aquilo que motivou, por exemplo, que determinado poeta fosse, no momento das primeiras publicações, tido como marginal, pode ter se modificado sensivelmente com o passar das décadas, no modo como sua obra foi posteriormente recebida pela crítica.

A denominação que traz marca de diferença pode permanecer mesmo que o autor que a carrega já tenha, ao menos no âmbito literário, ganhado a condição de pertença. Pensemos, por exemplo, na poesia marginal da década de 1970. Estando à margem do sistema editorial, os poetas necessitavam encontrar alternativas para que

¹ Doutoranda do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada, Universidade de São Paulo. E-mail: patricia.nakagome@gmail.com.

suas obras circulassem. É nesse contexto que em 1975, Heloísa Buarque de Hollanda organizou o volume *26 Poetas Hoje*, em que reconhece haver um enfoque nos ditos poetas marginais, abrangendo também “outros poetas que, de forma diferenciada e independente, percorrem o mesmo caminho” (2007: 14). Passados quase quarenta anos da publicação da mencionada antologia, nomes de poetas marginais como Ana Cristina Cesar, Cacaso, Francisco Alvim e Torquato Neto figuram entre autores estudados na academia.

No nosso artigo, não pensamos na literatura marginal anteriormente referida. Norteamo-nos por uma noção de margem concreta, de segregação do espaço social: obras que tratam da experiência do encarceramento. Sabemos, no entanto, que isso não significa que tenhamos elegido – como objeto de análise – obras que figuram em condição menos mutável de avaliação da crítica literária. Optamos, assim, por tratar a experiência da prisão a partir do ponto de vista de dois escritores que desfrutaram de estatuto diverso: Graciliano Ramos, com *Memórias do Cárcere* (1989), e Luiz Alberto Mendes, com *Memórias de um Sobrevivente* (2001).

Memórias do Cárcere foi publicação póstuma que gerou grande repercussão². Embora a experiência de prisão tenha ocorrido no início da carreira de Graciliano, o momento em que se volta sobre as próprias memórias do período o encontra como escritor consagrado, com obra de destaque na tradição literária brasileira. Já Luiz Alberto Mendes tornou-se conhecido precisamente após a publicação de *Memórias de um Sobrevivente*, que se insere no grupo de obras surgidas em virtude do Massacre do Carandiru (1992). Ainda que a obra não trate diretamente do episódio, abrangendo a infância e adolescência do autor, foi levada à publicação pela mediação de Fernando Bonassi, que realizava oficina com presos para redigir o roteiro do filme de Hector Babenco baseado em *Estação Carandiru* (1999), de Dráuzio Varella. Luiz Alberto Mendes, após um período de inserção no mercado editorial, na condição de autor da nova safra de literatura marginal e publicado pela Companhia das Letras, teve lugar solidificado à margem do meio editorial e literário.

Optamos aqui por um trabalho comparativo entre dois autores de trajetórias literárias distintas por considerarmos que poderia ser uma maneira profícua de pensar a marginalidade, como condição não estanque. A marginalização social se materializou no encarceramento para os dois autores aqui tratados. No entanto, o efeito da experiência na totalidade das respectivas trajetórias, inclusive na escrita, é muito diferente, trazendo, inclusive, consequências diversas para a maneira como as obras sobre o encarceramento são tratadas.

Mostraremos a seguir como a condição de marginal se manifesta de formas diferentes nos livros. Para isso, realizaremos uma leitura centrada nas duas obras, não tanto em sua recepção crítica, a fim de apontar quanto as experiências de

² O livro [MC] provocaria impacto inclusive no Palácio do Catete. Em suas memórias Alzira Vargas do Amaral Peixoto diria que a obra fora lida “com emoção e respeito por todos os seus algozes, conscientes ou inconscientes”. No Congresso, udenistas e trabalhistas se digladiariam por causa das denúncias sobre os cárceres do Estado Novo: a oposição explorando o fato contra Getúlio; a situação mostrando que o presidente tinha se rendido à democracia. Pela primeira vez, Graciliano estouraria nas vendas – dez mil exemplares esgotados em 45 dias. (Moraes 1993: 310)

rebaixamento e de escrita foram vivenciadas e literariamente elaboradas pelos autores.

1. Animais na jaula

Nas duas obras, os narradores mostram-se privados de individualidade e humanidade, como manifestam no incômodo por se sentirem despersonalizados, e, em casos mais extremos, animalizados. A diferença se verifica no modo como os personagens lidam com a condição degradante imposta pelo encarceramento. Em excerto de *Memórias do Cárcere*, registra o autor:

Essa vaidade tola devia basear-se na suposição de que enxergariam em mim um indivíduo, com certo número de direitos. Logo ao chegar, notei que me despersonalizavam. O oficial de dia recebera-me calado. E a sentinela estava ali encostada ao fuzil, em mecânica chateação, como se não visse ninguém (Ramos 1989: 52).

O ponto mais significativo da afirmação consiste nas constatações seguintes à afirmação da despersonalização, pois os dois militares descritos são representados como pano de fundo, despidos da particularização individual, sendo vistos do mesmo modo que o narrador era considerado pelo aparato militar. A narração prossegue, mas a observação resvala novamente nas figuras imóveis que simplesmente preenchem o espaço narrativo:

[...] passei em frente do manequim teso, sem me decidir a perguntar-lhe quantos metros o fio que me amarrava poderia estender-se: provavelmente nas funções de espantalho, a criatura emudecia (Ramos 1989: 53).

O narrador se encontra diante daquele com função de amedrontar, de coibir as ações dos vigiados, mas que, na realidade, apenas provoca o silêncio. O silêncio do ambiente, no entanto, não é causado pela sensação de temor, mas pelo fato de o narrador nada perguntar. Não questiona pois crê que o “manequim” não poderá falar. O narrador nota a contradição: o encarcerado pode perguntar e o vigia não pode responder? Com tal questionamento, o personagem transpassa a aparência da figura uniformizada para perceber sua limitação. É movimento semelhante ao que ocorre com o pássaro diante do espantalho que, ao perceber que seu temor era provocado por um simples boneco, pousa em sua cabeça e observa, em posição superior, o desejoso campo que se estende.

Graciliano, personagem, encontrava-se amarrado, tendo os movimentos limitados pelo comprimento do fio, mas a descrição do militar mostra que a restrição que lhe cabe era ainda maior que a dele, visto que é o personagem que se desloca para vê-lo e não o contrário. As únicas ações possíveis para aquele “espantalho” eram as corretivas, que não significavam qualquer atitude do sujeito, mas sim a ação motivada por força disciplinar. Ao acompanhar a narrativa dessa parte inicial, tem-se

a sensação de estar diante de um personagem que, embora teoricamente privado de liberdade, é o único capaz de se deslocar entre figuras que apenas representam o uniforme. Ao falar sobre a função de espantalho o narrador sugere que a aparência é a única semelhança entre o militar e um indivíduo, pois o espantalho assemelha-se ao homem apenas no tamanho, mas de perto se constata o ardid humano colocado em mero objeto. O narrador evidencia a própria liberdade de se aproximar desse boneco-humano e atestar-lhe a falsidade. Deste modo, há o reconhecimento de que a despersonalização imputada a ele era reflexo do sistema militar, em que os próprios agentes da despersonalização também se transformavam em seu alvo.

A perda da personalidade, da individualidade, significativa para o personagem-narrador, aguça o senso crítico ao constatar que a perda da humanidade não consiste apenas na impossibilidade de distinção dos outros, mas na possibilidade de não os distinguir de animais. Cedo o narrador toma consciência da animalização sofrida, em que a proximidade dos animais lhe revela a degradação. Tal forma de pensamento opõe-se à elaboração das fábulas, composições oriundas de tempos arcaicos que quando recorrem a animais transpõem a eles características humanas, facilitando o reconhecimento de seus erros e a instauração de uma moral. Na via contrária, os dois livros memorialistas revelam o lado animal do ser humano, favorecendo a percepção da diluição da moral.

Recorrendo à ficção de Graciliano, notamos que a animalização é algo constante. Em *São Bernardo* (2002), o narrador indica a existência de uma distinção de humanidade entre as pessoas: “Essa gente faz o que se manda, mas não vai sem pancada. E Marciano não é propriamente um homem” (2002: 110). Esta é a explicação dada por Paulo Honório ao questionamento indignado de Madalena sobre a razão que o fizera agredir fisicamente o funcionário. Em construção renomada nas lides da literatura nacional: “Você é bicho, Fabiano”, há a consciência da animalização, que, no entanto, é encarada pelo personagem em aspecto positivo, de resistência às adversidades: “Sim senhor, um bicho, capaz de vencer dificuldades” (Ramos, 2002a: 18).

Em passagem de *Memórias do Cárcere*, a disposição se torna mais profunda:

Gente singular, meio esquisito: até para revelar sentimentos generosos, era indispensável a brutalidade. Na desordem, mexendo-me ao acaso, via-me forçado a achar razoável o disparate: o homem recorria à violência com intuito de prestar-me favor, e admiti que não podia comportar-se de outro modo. Tinha um coração humano, sem dúvida, mas adquirira hábitos de animal. Enfim todos nos animalizávamos depressa. O rumor dos ventres à noite, a horrível imundície, as cenas ignóbeis na latrina já não nos faziam mossa. Rixas de quando em quando, sem motivo aparente; soldados ébrios a desmandar-se em coações e injúrias. Essas coisas a princípio me abalavam; tornaram-se depois quase naturais. E via-me agora embrulhado num pugilato (Ramos 1989: 420).

O início da afirmação parece indicar que o narrador consideraria que a singularidade dos indivíduos e a esquisitice do meio seguiriam caminhos paralelos,

mas a descrição logo revela que, na realidade, há intersecção entre eles, de modo que a brutalidade se impõe como condição da prisão, exigindo até mesmo que o narrador participe do “pugilato”, se não como combatente, como um dos que sofre na com o espetáculo de violência.

O autor inicia descrição de caráter animalizado com uma sensação de choque, em que sente a necessidade de reforçar o lado humano dos companheiros (como indica a ênfase: “sem dúvida”), depois há a reflexão de que ele próprio poderia estar animalizado, até concluir que a vida na cadeia lhe impõe a naturalização de comportamentos animais. O processo de naturalização que cerca o olhar do narrador também é representado a seguir, em que o personagem Graciliano instaura um pequeno absurdo no próprio cotidiano carcerário, de modo a garantir um pequeno instante de fuga do referido processo:

Depois de viver naquela miséria, sem alimentos, sem banho, encurralado como bicho, sugado por mosquitos e piolhos, resguardando-me com trapos sujos de hemoptises, ocupar-me assim de um prejuízo insignificante era absurdo. Ao entrar na Casa de Detenção agarrara-me a um frasco de iodo quase vazio que me queriam tomar, defendera-o com vigor, mostrando uma unha já cicatrizada; conseguira salvá-lo e jogara-o no lixo, pois não me servia para nada. Qual seria o objetivo dessa obstinação, agora repetida? Julgo que meu intuito, embora indeciso, era reaver uma personalidade que se diluíra em meio abjeto (Ramos 1989: 426).

A tentativa de reaver a personalidade faz com que o narrador discuta com os militares a fim de manter um frasco de iodo para tratamento não mais necessário. Graciliano quer ter o direito a manter algo tido como inútil e não apenas acatar opiniões alheias. Mas se o frasco pode ser tomado como símbolo de individualidade, a conclusão atingida ao final da cena é a de que a personalidade, tal como o remédio, pode ser facilmente descartada.

Nas diversas vezes em que se recorre a animais para mostrar a situação degradante na cadeia, o bicho mais referido é o boi, sendo, portanto, a cadeia vista como um grande curral. O boi possui grande importância como fonte alimentícia do homem, de modo que estabelecer associação a ele tem um intuito distinto de relacionar, por exemplo, o personagem Fabiano com o cachorro, o cavalo e o macaco. Esses três animais possuem existências autônomas, enquanto o boi é criado essencialmente em função da necessidade de outro. Desta forma, ao indicar a relação entre Fabiano e os animais, há a sugestão de quanto eles se assemelham no aspecto físico, colocando em xeque a condição de homem do personagem. Entretanto, na associação dos narradores com o boi, há a indicação de como se assemelham em comportamento – aprisionados, vivendo apenas até o desejo do outro – de modo a ser questionada a condição de cidadão incutida na retórica dos narradores. A diferença se evidencia nos lugares de criação desses animais, visto que os currais fornecem apenas o indispensável à sobrevivência: espaço limitado e comida.

À parte o uso comum de boi, parece-nos que o animal é concebido de formas distintas pelos dois narradores, representando duas fases de criação: para Graciliano,

os presos são animais porque vivem em condições precárias, enquanto para Mendes os são porque foram efetivamente transformados nele, o que sugere, respectivamente, fase de criação e abate deles.

A visão mais dura de Mendes sobre a animalização sofrida favorece que haja poucos momentos de despersonalização, enfatizando como, na cadeia, sequer se é visto como homem, apenas como animal. Isso se dá pelas severas privações físicas e até mesmo no desenvolvimento de um instinto de sobrevivência, despertado por dado “treinamento” institucional:

Saí correndo da delegacia. Percebi que tinha a maior cara de inocente e que podia enganar facilmente. Tinha sangue-frio e imaginação fértil, principalmente para me defender. Afinal, fora treinado para me defender a infância toda (Mendes 2001: 63)

A citação indica que a animalização no caso de Mendes iniciara muito antes da cadeia, pois desenvolvera uma espécie de instinto de defesa desde a infância, especialmente por causa do pai. Além disso, o narrador reconhece no olhar dos outros, mesmo daqueles que não eram responsáveis por sua reeducação/punição, a concepção de que ele era um animal. Com isso, o narrador evidencia distinção em relação a Graciliano, pois – enquanto escritor – não fora visto de forma negativa até ser considerado comunista:

Sem palavras, pegamos o elevador. Havia várias pessoas ali, e todas me olhavam curiosas, como fora um bicho raro. Aquilo me agredia, com os olhos demonstrava minha aversão. Quando saímos do elevador, uma mocinha linda, que eu já havia, devidamente, despido com os olhos, comentou com um rapaz: “Como ele é novo! Parece um menino!” (Mendes 2001: 272)

A frase da moça que observa o jovem retrata surpresa diante do aspecto infantil do criminoso, indicando certa idealização da infância, que implicaria em pensar que a corrupção só poderia ocorrer em fase de maturidade. Mas além disso, considerando-se todo o contexto da citação, a afirmação da moça poderia refletir um pensamento imbuído de animalização, em que ela se surpreenderia com o contraste entre a aparência de menino e a capacidade de cometer crimes tolerados em ambientes selvagens, entre seres motivados por instintos. A construção de todo esse período parece indicar que o jovem Mendes compreendia a afirmação pelo último viés.

Assim, após mostrar que ao longo da infância, aos olhos da sociedade e de si mesmo, o jovem já possuía as marcas da animalização, o narrador prossegue o relato, indicando que a situação se agrava dentro da cadeia, por força daqueles que deveriam recuperá-lo. Através de torturas e agressões cotidianas, o senso de defesa é ameaçado constantemente, tanto por companheiros de cela, quanto por policiais, de modo que o indivíduo “treinado” durante a infância deverá conter os próprios instintos. Mas se a defesa já não é possível, qual a resposta oferecida pelo preso? A adequação ao que proporcionavam a ele:

Queriam proteger a sociedade de nós, mas talvez a solução fosse nos proteger da proteção social. Daí é para se perguntar se éramos animais, como queriam, ou se éramos animalizados, como nos faziam. Marginais e criminosos ou ‘marginalizados’ e ‘criminalizados’? O resultado se observaria no estrago, na devastação que retribuiríamos, no futuro à sociedade (Mendes 2001: 146).

Neste momento, está indicada a chave para o olhar apresentado pelo livro: o ponto de vista diferenciado de uma entre tantas pessoas que recebem rótulos “oficiais”. Ao fazer o questionamento sobre quem efetivamente constituía o grupo de presos, o narrador não faz uma opção pontual, embora seu posicionamento seja evidente. Ele permite ao leitor estabelecer a resposta.

Quase duzentas páginas separam a citação anterior da que apresentaremos a seguir, deste modo, podemos acompanhar o desenvolvimento de um pensamento sobre si próprio e sobre a instituição policial. O sentimento apresentado é semelhante, mas intensificado:

Doía tudo. Pensava com que direito me espancaram tanto. Dava um estremecimento pelo corpo todo de revolta e ódio. Da próxima vez, jurava estar armado, então queria ver a coragem dos otários para me bater, eu os mataria como a moscas!

O mundo todo agora era composto só de inimigos, e doravante era assim que os encararia. Eles iam ver... Não haveria dó ou piedade por ninguém. Agora compreendia o que era ser bandido. Entendia que bandido era sinônimo de crueldade e perversidade. Nunca matara ninguém, agora estava arrependido por não haver matado quantos pudesse! Só apanhara e sofrera desde criança. Mas eu agora sabia: podia demorar, mas eu saíria e aí as coisas seriam diferentes. Não era o bicho que eles queriam? Pois era o que iriam ter! (Mendes 2001: 335).

Há ódio nas palavras, há exaltação, como podemos observar pelo uso intenso de exclamações. O segundo parágrafo apresenta uso de reticências que não provoca expectativa ou pausa na leitura, mas evidencia o sentimento do narrador. O questionamento “Marginais e criminosos ou ‘marginalizados’ e ‘criminalizados’?” antes lançado ao leitor é aqui respondido por um narrador que exclamativamente promete a concretização do animal, o produto extremo da vida na cadeia.

A citação apenas confirma a fala popular de que a cadeia é a “escola do crime”, em que a preparação é feita tanto pelos policiais quanto pelos internos. O narrador recapitula o “treinamento” para a defesa presente desde a infância e atenua a própria culpa, pois de fato a punição sempre foi uma marca de sua vida, embora desconsidere que, em alguns momentos, foi motivada por suas falhas. Podemos apreender também que o autor estabelece uma identidade entre bandido e animal, o que reflete a visão do outro quando olha para ele e o animaliza.

Portanto, observamos que a concepção de animalização de Graciliano se encontra próxima à de desumanização, concentrando-se especificamente na privação de recursos básicos para a manutenção da vida. Em Mendes, a animalização é

apresentada como processo constituinte de si próprio, marcando-o desde a infância no modo como os outros o conceberam; além disso, aponta que a animalização só é concluída na cadeia, onde os animais vislumbrados pelo sistema penitenciário, de fato, se transformam em animais, ou seja, nos “verdadeiros bandidos” – não os que roubam para se divertirem ou viverem focados no momento presente, mas aqueles que roubam e matam com perversidade, sem distinção. Deste modo, há, por um lado, a vida em um meio de privações, e, por outro, a sobrevivência em uma selva institucional, o que se impõe como distinção fundamental a ser discutida a seguir.

2. Escrever da margem

Os fatos narrados também se inserem em um campo de defesa da verdade, em que vozes diferentes se contrapõem ao discurso oficial, na tentativa de revelar uma realidade carcerária, cuja fragilidade não é exclusividade nacional:

Ficava claro que quase dois séculos de existência das prisões, com a tarefa de corrigir os criminosos, não haviam conseguido dar um padrão constante de dignidade para o cumprimento das penas privativas de liberdade. Estivéssemos olhando as prisões européias, as latino-americanas ou mesmo as norte-americanas e canadenses, a degradação das condições nas quais se encontravam os condenados era certa, aqui de modo mais incisivo ali dissimuladamente, mas com certeza, por todo lado, o traço comum era que a prisão não servia para muita coisa. (Salla 1999: 23)

As duas obras revelam a degradação do ambiente e do tratamento a que ficam sujeitos os presos, que, teoricamente, estariam nas prisões para passar por uma nova educação, necessária a indivíduos já formados e que, de alguma maneira, foram considerados inaptos para a convivência em sociedade:

A violência institucional se prolonga na situação sub-humana em que vive a população carcerária denominada pelo aparato policial de “reeducandos”, como se fosse possível a reeducação de alguém nas terríveis circunstâncias em que se encontram. (...)

Nas prisões, as indignidades físicas e mentais chegam ao auge da humilhação através de rebaixamentos e degradações que são responsáveis por uma deterioração moral irreversível. Os “reeducandos” sofrem a violência de um aparato policial e prisional que compromete irremediavelmente as suas possibilidades de reintegração à sociedade, tornando-os mais violentos. (Gullo 1989: 112)

A ineficiência do sistema penitenciário na recuperação para a sociedade indica que as memórias estarão no centro da “pororoca” entre o discurso oficial e a prática, em que a narração pessoal se mostra como opção para a compreensão dos fatos, mas também como um dado concreto da representação da posição do indivíduo frente a

dada situação limite. Deste modo, interessa-nos analisar os recursos utilizados pelos narradores na expressão das próprias experiências. Graciliano Ramos que, como indicamos, sempre mostrou aguda consciência dos limites que cercam o indivíduo, não deixa de reconhecê-los na concretização da matéria escrita:

Liberdade completa ninguém desfruta: começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a Delegacia de Ordem Política e Social, mas, nos estreitos limites a que nos coagem a gramática e a lei ainda podemos nos mexer. (Ramos 1989: 34)

A consciência dos limites impostos pela própria escrita e de ser sujeito que escreve um livro com panorama ambicioso faz com que o narrador dedique o primeiro capítulo de *Memórias do Cárcere* ao modo de composição adotado. A espécie de prólogo³ encontra-se na parte intitulada *Viagens*, que narra o caminho percorrido pelo narrador até a prisão, no Pavilhão dos primários. A própria marcação de plural na denominação denota a existência de “viagens” menores que gradativamente constroem o caminho que conduzirá o narrador para uma nova experiência, na segunda parte do romance.

O primeiro capítulo, assim, não constitui o início da narrativa, mas nem por isso distancia-se do mote geral de “viagem”. Há uma alteração no sentido do termo, tirando-o do plano perceptível, de deslocamento espacial, para mostrar o deslocamento temporal sofrido pelo narrador. Enquanto as narrativas contidas nesta primeira parte correspondem a uma duração aproximada de um mês, o percurso indicado no primeiro capítulo tem a duração de 10 anos, ou seja, o tempo que separa os acontecimentos narrados do momento de composição do livro. O capítulo se mostra como um ponto do ciclo narrativo que marca o começo da exposição, mas, ao mesmo tempo, representa a decisão do autor pela escrita, marca indispensável que afasta a matéria narrada, estabelecendo um narrador distanciado do personagem, o que será muito característico no modo de sua narração.

O período apresentado na sequência representa, sinteticamente, a função do capítulo dentro do livro: “Resolvo-me a contar, depois de muita hesitação, casos passados há dez anos – e, antes de começar, digo os motivos porque silencieei e porque me decido” (Ramos, 1989: 33). Estilisticamente, a obra de Graciliano é muito conhecida pela concisão de linguagem, porém, neste breve período podemos observar a repetição de dois termos em um intervalo breve, são elas “me” e “porque”. A surpresa causada por tal repetição justifica-se quando notamos que esta elevada recorrência só é semelhante ao “de”, que possui diversas funções na língua portuguesa. O “porque” justifica-se dentro da mencionada necessidade explicativa que dá o tom deste capítulo, o “me”, no entanto, parece parcialmente deslocado dentro da proposta apresentada pelo parágrafo final desse capítulo⁴, pois o uso da forma oblíqua da primeira pessoa do singular seria desnecessária nas duas ocorrências, visto que os verbos não são necessariamente reflexivos. Neste momento,

³ Clara Ramos (1979) mostra que esta era a verdadeira intenção do autor.

⁴ “Desgosta-me usar a primeira pessoa. Se se tratasse de ficção, bem: fala um sujeito mais ou menos imaginário; fora isso é desagradável usar o pronomezinho irritante, embora se façam malabarismos para evitá-lo” (Ramos, 1989: 37).

não discutiremos profundamente a questão da linguagem e suas implicações, bastando apenas ressaltar que, no caso, o uso da palavra extrapolou seu âmbito explicativo, para dar maior significação ao tom reflexivo do autor. Através de marcas na linguagem, o autor consegue mostrar o momento em que ele deve sobressair dos fatos, caracterizando a viagem subjetiva operada no capítulo.

O reforço da primeira pessoa, ainda que não ocorra na maneira mais evidente do “eu”, reforça o seu papel nos fatos narrados, mas o relativo apagamento desta marca mostra que a viagem a ser traçada é a do desvelamento dos fatos e não de uma pessoa, que, de modo geral, encontra-se em segundo plano. Assim, tem-se um movimento do “eu” aos fatos e dos fatos ao livro, que caracteriza registro importante para a compreensão do objeto de estudo deste trabalho.

Entre os motivos alegados para justificar a demora em compor o livro, diz o autor:

Julgando a matéria superior às minhas forças, esperei que outros mais aptos se ocupassem dela. Não vai aqui falsa modéstia, como adiante se verá. Também me afligiu a idéia de jogar no papel criaturas vivas, sem disfarces, com os nomes que têm no registro civil. (Ramos 1989: 33)

Os dois motivos, no entanto, são desconsiderados no final do capítulo, em que “não vejo inconveniência em mostrá-los” revela a mudança de opinião do autor, indicando a força transitória do capítulo, visto que apenas alguns parágrafos separam a mudança de opinião que, na realidade, levou dez anos para ocorrer. Logo a seguir, o narrador indica como conduzirá a narração dos acontecimentos:

Omitirei acontecimentos essenciais ou mencioná-los-ei de relance, como se os enxergasse pelos vidros pequenos de um binóculo; ampliarei insignificâncias, repeti-las-ei até cansar, se isto me parecer conveniente. (Ramos 1989: 36)

Estamos diante de uma verdadeira poética do autor, especialmente deste livro, em que abertamente está indicado o critério pessoal que orienta a composição literária. As repetições estão extremamente presentes no livro, favorecendo a construção de um ambiente de monotonia em que se encontrava o narrador. Em outros momentos, as repetições dão certo tom de comicidade ou solidificam a oposição entre os presos e os militares, como, por exemplo, com as frequentes entoações do *Hino do Brasileiro Pobre*. O uso da repetição favorece que *Memórias do Cárcere* se distinga quantitativamente das outras obras de Graciliano Ramos, visto que se estende por dois volumes.

O livro apresenta importante panorama de seu tempo, das penitenciárias, das pessoas e do próprio narrador, ainda que ele, frequentemente, busque a ocultação: “Fiz o possível por entender aqueles homens (...), enxergar nos seus defeitos a sombra dos meus próprios defeitos” (Ramos 1989: 37). Ainda que os fatos ganhem papel de destaque, o trecho em destaque indica que o próprio narrador realiza um importante movimento de descoberta de si próprio, simultaneamente ao de um mundo desconhecido. A sombra o encobre, mas o revela. A importância da imagem

se equipara a outras que constroem o ambiente de escuridão que predomina na narrativa, como se observa a seguir:

[...] tentei sondar a bruma cheia de trevas luminosas. Idéia absurda, que ainda hoje persiste e me parece razoável: trevas luminosas. Havia muitas lâmpadas penduradas no teto baixo, ali ao alcance da mão, aparentemente, mas eram como luas de inverno, boiando na grossa neblina. (Ramos 1989: 124)

O narrador diz se deparar com “trevas luminosas”, uma ideia considerada absurda por ele, mas que parece razoável ao autor no momento da composição do livro. A imagem das “trevas luminosas” representa o modo narrativo, pois tudo é escuridão até que o narrador consiga iluminar a cena; desse modo, os leitores apenas conseguem saber o que acontece naquelas trevas na medida em que a realidade vivida se torna compreensível para o narrador. Em oposição às trevas luminosas, temos a “treva completa” (Ramos 1989: 132), que indica o apagamento do raciocínio do narrador, de modo que ele não mais consegue ter clareza diante dos fatos observados.

Há outra imagem muito recorrente na narrativa que, igualmente, representa a dificuldade em observar as coisas de modo preciso: a neblina; poeticamente assim descrita. Representada com extrema beleza, ela se opõe ao que, de fato, a neblina significa no ambiente de narração, ou seja, a turvação dos sentidos causada por cenas terríveis, pelo calor e pelo cheiro de suor e amoníaco. Nessa situação, a simples ação de caminhar se transforma em possibilidade de molestar os outros, o que explica o fato de ele se considerar agente até mesmo da perturbação de elementos estáticos: “meus pés machucavam coisas moles, davam-me a impressão de pisar em lesmas” (Ramos 1989: 125).

Outra imagem que aparece com recorrência no panteão da privação de luz é a dos “vultos”:

As caras de palmo e os vultos piongos levaram-me a supor-me também desfigurado. Talvez já me houvesse levantado a exibir os mesmos sinais. Apenas não tinha consciência disto. Agora me revia nos outros, como em verídicos espelhos, e assaltava-me o desânimo, a quebreira. Era possível que o meu desarranjo se refletisse neles – e reciprocamente nos desconchavávamos. (Ramos 1989: 333)

Com frequência, os outros encarcerados junto com o narrador são descritos como vultos, indicando a impossibilidade de distinguir, menos ainda de conhecer profundamente, alguma pessoa entre as centenas que se acumulam em restrito ambiente. No entanto, como se nota, os vultos adquirem função ainda mais significativa: revelar a verdade do narrador a si mesmo. Assim, se percebe que, aos olhos dos companheiros e da instituição militar, era ele, também, apenas mais um vulto indefinido.

O fato de se descobrir nos outros, nos “verídicos espelhos”, favorece que o narrador dê tanto destaque às outras pessoas que se encontram com ele, revelando-as

ao leitor na medida em que ele as conhece. É necessário mostrá-las, pois o conjunto de presos, cada um na própria individualidade, aproxima-se mais da realidade do cárcere, que o narrador deseja revelar.

Embora o relato de Mendes apresente traços estilísticos semelhantes ao de Graciliano, com exercício de linguagem extremamente enxuta, os recursos e o fim obtido sugerem-se completamente diferentes.

Ao contrário de Graciliano, que inicia as memórias com uma exposição dos métodos de composição, encontram-se poucas referências à escrita em *Memórias de um Sobrevivente*, de modo que recorremos a *Às Cegas* para traçar alguns comentários:

A idéia de escrever minha vida foi automática. Escrever para mim mesmo, para ninguém mais. Sem receio de ser punido ou censurado. Precisava entender o que havia acontecido. Era isso. Iria escrever minha história para me conhecer. (Mendes 2005: 237)

Em entrevista à Revista *Cult*, ao ser perguntado sobre o que significava escrever para ele, Mendes responde:

No princípio era a vingança. Era sede de justiça. Era vontade de gritar, pegar o mundo todo num ouvido só. Depois, já mais calmo e idoso, pensei que fosse porque haveria o que dizer sobre um mundo que ninguém sabia. Os de fora não sabem, e os de dentro são tidos como sem moral para falar. Tentei criar essa moral e escrever com critério e verdade. A literatura de impacto, infelizmente, é necessária. (In: *Revista Cult* 2002: 28)

As respostas soam contraditórias, de modo que devemos entender que tal escrita está focada tanto em si mesmo, quanto na sociedade. Em *Memórias de um sobrevivente* há uma claridade de pensamento constante mesmo quando o narrador se encontra nas situações mais negras. Não pairam dúvidas sobre fatos ocorridos há tantos anos. Isto porque, considerando apenas o que foi possível apreender do ponto de vista pessoal, a certeza lhe é completa. Ele não questiona os acontecimentos, as possíveis falhas de memória, tampouco pondera sobre a possibilidade de existirem outros modos de compreender a situação; com isso, o livro fica completamente centrado em si.

Para além, mesmo o ponto de início eleito para tais memórias já indica um desejo maior de fortalecer a individualidade. Como a própria escrita consolida a tentativa de ordenação e compreensão do caminho tomado por sua vida, recorre ao passado, onde estão as certezas concretizadas através de ações.

Assim, nota-se que embora as duas obras tenham um objetivo comum de apresentar as experiências de um indivíduo dentro da cadeia, os recursos adotados as distanciam sensivelmente, como pode ser vislumbrado desde o título. *Memórias do Cárcere* dá destaque ao lugar, enquanto *Memórias de um sobrevivente* ressalta o indivíduo, em estreita relação entre escrita e sobrevivência:

A idéia da sobrevivência supera a da morte em vida e inclui em si mesma a questão da escrita. As *Memórias de um sobrevivente* são, materialmente, a prova mesma da sobrevivência, seu indício e sua consumação. (Hossne 2005: 138)

O sobrevivente que no título aparece marcado pelo artigo indefinido sairá completamente da indefinição e do anonimato por causa do livro. Assim, desde o título destaca-se a diferença essencial entre as duas obras. *Memórias do cárcere* foi o último livro de um escritor reconhecido, e *Memórias de um sobrevivente*, o primeiro de um escritor distanciado não apenas das editoras, mas, também, colocado à margem⁵ da sociedade.

Considerações finais

Como indicamos brevemente no início deste artigo, as denominações adotadas pela crítica literária para situar os objetos de estudo não são categorias estanques, podendo adquirir sentidos diferentes ao longo dos anos. Nesse contexto, Luiz Alberto Mendes pode ser tomado como exemplo emblemático: da condição de autor de literatura marginal, com posição relativamente central no meio editorial do início dos anos 2000, passou à condição de nome pouco citado no cenário literário atual, com produção restrita à temática que o tornou conhecido. Como contraponto a ele, está o celebrado Graciliano Ramos, cujas obras receberam não apenas estudos fundamentais, mas também o apreço pessoal de críticos muito importantes, como é o caso de Antonio Candido⁶.

As categorias literárias podem mudar, mas não mudam as experiências que embasam algumas delas. O encarceramento, concretizado nas prisões que afastam sujeitos do restante da sociedade, é emblema de um esforço de colocar à margem, de segregar. Essa experiência de marginalização afeta o escritor independente do lugar que ocupe em relação ao sistema literário, se no centro, no cânone, ou à margem.

No caso de Graciliano, o cárcere representa parte restrita de sua vida; já para Mendes, marca uma longa parcela de vida e, mais, é o que lhe sustenta a condição de escritor. Pela diferença que ocupa nas trajetórias parciais, pudemos ver que a experiência marca o olhar de cada um deles e a consequente escrita dos livros de formas diversas. Desde o título, temos indicada a chave da diferença: para Graciliano o foco é o cárcere, é o espaço do coletivo marginalizado; para Mendes, é o indivíduo, o sujeito que sobrevive.

Graciliano reconhece que a degradação está marcada não apenas naqueles que estão marginalizados, mas nos que os marginalizam. Como consequência, a escrita

⁵ Hossne (2005) observa a diferença entre autores na prisão e presidiários autores, “aqueles nos quais a condição de encarcerado precede e mesmo preside a da escrita”.

⁶ Consideramos não ser necessário retomar neste artigo o renomado trabalho de Candido sobre a obra de Graciliano, especialmente *Ficção e Confissão* (1999), por ser amplamente conhecido. Ressaltamos o fato de Graciliano ser apontado pelo crítico como um de seus escritores brasileiros favoritos: “De brasileiros, gosto muito de Graciliano Ramos... Acho que já li “São Bernardo” umas 20 vezes, com mentira e tudo. Leio o Graciliano muito, sempre” (2011).

traz a tônica da denúncia, da necessidade de contar aquilo que passa longe da maior parte da população. Luiz Alberto Mendes, por sua vez, traz a dolorosa experiência de ter sido, desde muito jovem, deixado de lado, algo que, a seus olhos, parece ser voltado exclusivamente contra ele. Sua resposta a isso é carregada de certezas e violência, se efetivando no texto como desejo de vingança. Não é o estatuto literário, portanto, mas o olhar (num caso atento ao outro, no outro voltado a si mesmo) que marca a diferença fundamental entre as duas obras.

LOOKING AT SOCIETY FROM THE MARGINS: PRISONERS MEMOIRS

Abstract: We will discuss two books that bring an experience of social segregation and marginalization: imprisonment. We deal with *Memórias do Cárcere* by Graciliano Ramos and *Memórias de um Sobrevivente* by Luiz Alberto Mendes. The authors have very different status in the literary system: the first is a very known name in our tradition, the second, which has held relative prominence as marginal author, is currently more marginalized from editorial and academic scene. The comparative study between two different authors attempts to show how living on the margins of society marks the project of an author, if he is or not outside the literary system.

Keywords: prison; memoirs; *Memórias do Cárcere*; *Memórias de um sobrevivente*.

REFERÊNCIAS

CANDIDO, Antonio. O socialismo é uma doutrina triunfante. In: *Brasil de Fato*. 12/07/2011. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/6819>>, acesso em 15 set 2013.

GULLO, Álvaro de Aquino e Silva. Violência urbana: um problema social. In: *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, v. 10, n. 1. São Paulo: FFLCH, 1989.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org). *26 Poetas Hoje*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2007.

HOSSNE, Andrea Saad. Autores na Prisão, Presidiários Autores: anotações preliminares à análise de *Memórias de um sobrevivente*. In: *Literatura e Sociedade*, 8. São Paulo: 2005.

MENDES, Luiz Alberto. *Memórias de um Sobrevivente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *Às cegas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

MORAES, Dênis de. *O Velho Graça*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1993.

RAMOS, Clara. *Confirmação humana de uma obra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. Rio de Janeiro: Record, 1989.

_____. *São Bernardo*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. *Vidas Secas*. Rio de Janeiro: Record, 2002a.

Revista Cult, n. 59, ano VI, 2002.

SALLA, Fernando. *As prisões em São Paulo 1822 - 1940*. São Paulo: Annablume, 1999.

ARTIGO RECEBIDO EM 30/09/2013 E APROVADO EM 10/11/2013